

» Entrevista | JOSÉ VICENTE CARRASQUERO | CIENTISTA POLÍTICO

Referência na análise política da América Latina, venezuelano diz que posição de Lula em relação a Nicolás Maduro é "decepcionante" e prevê nova onda de imigrantes

“A polarização é endêmica na AL”

» VANILSON OLIVEIRA

Estrategista político com mais de 30 anos de experiência, José Vicente Carrasquero é uma referência em ciência política na América Latina. Professor e investigador em instituições como a Universidade Católica Andrés Bello e a Universidade Simón Bolívar, ele especializou-se em opinião pública, métodos de investigação e análise comparativa, combinando teoria e prática para compreender os desafios políticos da América do Sul.

Ao *Correio*, Carrasquero aborda questões fundamentais para o cenário político latino-americano, como as tensões diplomáticas entre Brasil e Venezuela, a ascensão de regimes populistas e autoritários e os impactos sociais e econômicos da crise venezuelana. Ele também reflete sobre a influência de líderes como Nicolás Maduro e Jair Bolsonaro, explorando as semelhanças e diferenças em suas práticas políticas, a imigração de venezuelanos ao Brasil e como instituições fortes podem frear tendências autoritárias.

Qual a avaliação do estado atual das relações diplomáticas entre Brasil e Venezuela, especialmente após os recentes desentendimentos entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolás Maduro?

As relações diplomáticas estão bastante tensas, guiadas, principalmente, pelos entendimentos entre Lula e Maduro. No entanto, nenhum dos dois parece disposto a avançar além do que considera seguro. Um exemplo claro disso foi o caso da casa da embaixada argentina em Caracas, que estava sob os cuidados do Brasil e foi desocupada pela Venezuela. Apesar disso, não houve nenhuma reação energética de ambos os lados. Portanto, essas relações permanecem num estado de tensão, sem avanços ou retrocessos significativos.

O senhor esperava um apoio mais forte do presidente Lula à oposição venezuelana, considerando a tradição diplomática do Brasil?

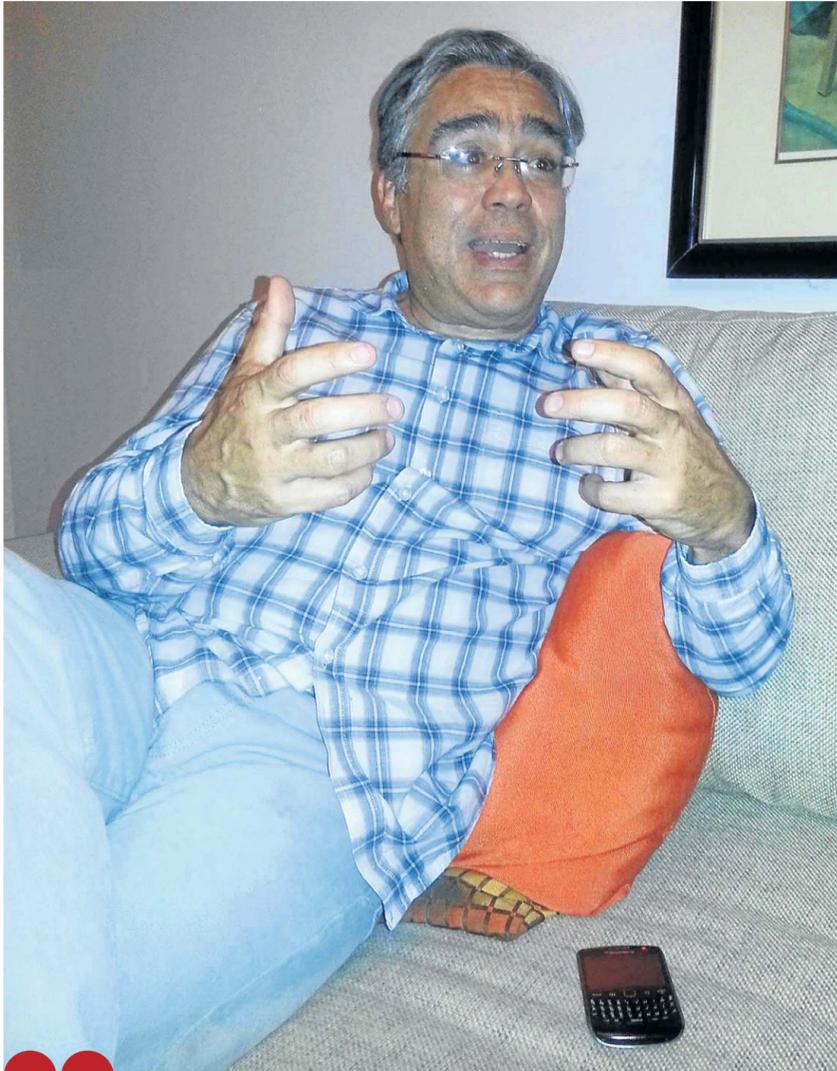
O papel de Lula é simplesmente decepcionante, o papel do Itamaraty é decepcionante. A tradição diplomática do Brasil, reconhecida em toda a América Latina, sempre foi uma fonte de poder para a resolução de problemas na região. Entretanto, nesse caso específico, Lula não reconheceu a vitória da oposição venezuelana, mas também não reconheceu a de Maduro, mesmo sabendo que ele perdeu. Essa neutralidade, na prática, favorece Maduro. O papel de Lula na defesa da democracia demonstra, em minha opinião, pouco comprometimento com os princípios da democracia. Por ser o presidente do país mais importante da América do Sul, Lula deixou a desejar.

Como o senhor analisa a evolução das relações diplomáticas entre a Venezuela e o Brasil nos últimos anos, especialmente à luz das diferenças políticas entre os dois governos?

É surpreendente que as relações diplomáticas tenham se deteriorado, principalmente nos últimos meses, considerando que Maduro e Lula compartilham o mesmo espectro político. Parece que Lula quer impor certos limites democráticos, mas sem ir além disso. Esse comportamento cria uma situação de estagnação, com pouca evolução nas relações bilaterais.

O Brasil votou recentemente a entrada da Venezuela no grupo dos Brics, citando violações de confiança relacionadas às

Arquivo Pessoal



Se Maduro permanecer no poder após um processo eleitoral fraudulento, ele criará um perigoso precedente para outros países da região. Líderes como Gustavo Petro, na Colômbia, e outros governantes podem seguir o mesmo caminho”

eleições de 2024. Como o senhor avalia o impacto dessa decisão nas relações bilaterais e no equilíbrio geopolítico da região?

Maduro via a entrada no Brics como uma oportunidade para promoção política interna, mais do que como um benefício econômico. O veto brasileiro foi uma decisão acertada, pois demonstrou que comportamentos antidemocráticos, como os de Maduro, não podem ser aceitos. Essa decisão também envia uma mensagem de que certas ações terão limites, pelo menos, no contexto internacional.

Quais serão as consequências políticas e econômicas para a América do Sul se Maduro permanecer no poder nos próximos anos?

Se Maduro permanecer no poder após um processo eleitoral fraudulento, ele criará um perigoso precedente para outros países da região. Líderes como Gustavo Petro, na Colômbia, e outros governantes podem seguir o mesmo caminho. Ignorar ou minimizar esses atos na

Venezuela é um péssimo sinal no século 21, mostrando falta de compromisso com a defesa da democracia.

Como o senhor analisa o impacto da crise venezuelana na economia brasileira, especialmente nas regiões de fronteira que recebem um grande número de imigrantes?

A crise na Venezuela é grave, mas o que impulsiona os movimentos migratórios é, acima de tudo, a ausência de liberdade. A falta de direitos básicos, oportunidades econômicas e segurança força as pessoas a deixarem o país. Para o Brasil, essa migração em massa exerce grande pressão, especialmente porque essas pessoas chegam sem infraestrutura, sem falar a língua local e, muitas vezes, acabam sendo vistas como um fardo social. De acordo com um estudo realizado pela Universidade Católica Andrés Bello e pela Universidade de Mérida, mais 700 mil pessoas devem deixar a Venezuela nos primeiros três meses do ano que vem.

Em sua opinião, quais seriam os benefícios para o Brasil se houvesse uma transição democrática na Venezuela?

Os benefícios seriam claros. Muitos venezuelanos que hoje vivem no Brasil e em outros países retornariam para casa. Haveria uma regularização das fronteiras e maior cooperação para proteger a Amazônia, que, atualmente, sofre com grupos irregulares. Além disso, as relações comerciais poderiam ser fortalecidas, promovendo estabilidade econômica e política para ambos os países. Maduro interferiu ativamente na nomeação de juizes para a Suprema Corte de Justiça (TSJ), a mais alta Corte do país. No Brasil, o ex-presidente Jair Bolsonaro tentou minar as instituições democráticas, questionando a integridade do processo eleitoral. Hoje

ele está sendo acusado, juntamente com outras 37 pessoas, de ter participado de uma tentativa de golpe de Estado.

Como você analisa as ações de Bolsonaro? Ele e Maduro agem com o mesmo modus operandi?

A diferença mais importante é que Bolsonaro enfrentou barreiras institucionais no Brasil, como o Judiciário e o Congresso, que limitaram suas ações. As intenções de Bolsonaro, por mais condenáveis que sejam, foram barradas. E agora ele enfrenta a Justiça porque não conseguiu controlar os mecanismos democráticos do país. Na Venezuela, Maduro controla todas as instituições, como o Supremo Tribunal e o Conselho Nacional Eleitoral, nomeando aliados políticos sem qualificação técnica, o que garantiu sua reeleição mesmo em meio a evidências de derrota. Essa diferença institucional é o que separa o Brasil da Venezuela.

Tanto Bolsonaro quanto Maduro usaram discursos polarizadores para mobilizar suas bases. Como você analisa o impacto desse tipo de estratégia política na desestabilização das democracias na América Latina?

A polarização política está se tornando um problema endêmico na América Latina e no mundo. Vimos isso recentemente no Brasil, temos visto na Colômbia, nos Estados Unidos, com uma eleição bastante polarizada. No caso de Maduro, sua tentativa de polarização fracassou, já que ele busca culpados em vez de assumir responsabilidades. No Brasil, Bolsonaro também tentou usar a polarização para consolidar sua base, mas sua eficácia dependia do desempenho do governo Lula. Em geral, regimes autoritários aproveitam as falhas dos sistemas políticos para se fortalecerem, como vemos na Bolívia, na Nicarágua e na Venezuela.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



O dólar entre o populismo e o patrimonialismo

O populismo sustenta-se no tripé liderança carismática, promessas além do exequível e críticas às elites. Não se pode dizer, porém, que o populismo seja o principal responsável pelas nossas desigualdades sociais e que, necessariamente, derive para o autoritarismo. Esse tipo de narrativa, ao contrário, justificou retrocessos políticos como o regime militar implantado a partir da destituição de João Goulart, em 1964.

Nosso populismo surge com Getúlio Vargas, a partir da Revolução de 1930, como resposta à república oligárquica. Sua retórica voltada ao trabalhador foi amparada por direitos sociais que incluíram os assalariados na vida política nacional, como a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e o reconhecimento dos sindicatos. Ao mesmo tempo, o golpe de 1937, que implantou o Estado Novo, consolidou a tese de que o populismo deriva para o autoritarismo, o que viria a ser desmentido pelo próprio Vargas, após voltar ao poder pelo voto, na crise que o levou ao suicídio, em 1954.

Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros também recorreram a narrativas populistas para mobilizar apoio e chegar ao poder, bem como Fernando Collor de Mello, em 1989. Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff também adotaram narrativas populistas, amparadas por programas de inclusão social, como Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida. O primeiro teve êxito ao enfrentar as elites do país; a segunda, fracassou ao adotar uma estratégia nacional-desenvolvimentista anacrônica diante da globalização e perdeu o poder. Nenhum dos quatro confirma a tese de que seu populismo desaguaria no autoritarismo.

Quem tentou esse caminho foi Jair Bolsonaro, que chegou ao poder pedalando o triciclo do carisma, do apelo às massas e do confronto com as elites. Depois de Jânio Quadros, é o maior representante do populismo de direita no Brasil, com retórica antissistema, apelo nacionalista e bandeiras reacionárias. Defendeu a volta do regime militar e os costumes tradicionais, para “salvar” a pátria e a família unicelular patriarcal.

Nosso populismo amalgama o mito “sebastianista” do salvador da pátria. Morto D. Sebastião em Alcácer Quibir, aos 24 anos, e tendo sido anexado pela Espanha em 1580, Portugal perdeu a opulência e a grandiosidade do início daquele século, juntamente com o melhor da sua juventude e do seu Exército. Como o corpo do rei nunca foi encontrado, o mito de que D. Sebastião estava vivo e que voltaria um dia alimentou o nacionalismo português e o messianismo no Brasil. Teria aparecido durante a batalha que expulsou os franceses no Rio de Janeiro, em 1565; no Reino Encantado da Pedra Bonita (1834-1836), em Pernambuco; e em Canudos (1893-1897), com Antônio Conselheiro.

O outro lado da moeda

As promessas de reformas rápidas e profundas, com soluções simples para problemas estruturais complexos, hoje, são narrativas populistas anabolizadas pelas redes sociais. Fomentam a polarização e a desconfiança nas instituições democráticas; a tensão entre Executivo, Legislativo e Judiciário; a divisão profunda da sociedade, a descontinuidade de projetos estruturais e políticas de clientela; e, consequentemente, a instabilidade econômica e volatilidade do mercado.

O outro lado dessa moeda é o patrimonialismo, mais vivo do que nunca. Por definição, é um tipo de dominação tradicional na qual o governante utiliza o poder como extensão de sua própria casa. Como o Estado brasileiro antecedeu a nação, a administração pública colonial e imperial foi moldada por um sistema onde cargos públicos e privilégios eram concedidos como favores pessoais. Isso promoveu uma cultura que está em contradição com o regime republicano.

Fenômeno já muito estudado, o patrimonialismo brasileiro nasceu associado à figura do “homem cordial” e destaca o papel das relações pessoais e afetivas na dominação do espaço público, uma herança ibérica avessa à formalidade institucional, que mistura o público e o privado. O poder centralizado e burocrático serve a interesses privados e sustenta uma elite dirigente que controla o Estado em benefício próprio, a partir de uma estrutura patrimonialista herdada de Portugal.

Essa característica também marcaria o desenvolvimento capitalista e a modernização do país, sobretudo, o nosso capitalismo de Estado, ou “de laços” visíveis a olho nu. O sociólogo Luiz Werneck Vianna, recentemente falecido, destacava o papel dessas raízes históricas (colonização portuguesa) e culturais (laços familiares e paternalismo) na resistência às relações institucionais impessoais e ao funcionamento do sistema político e administrativo em bases democráticas e modernas.

Nas últimas semanas, assistimos um reality show de populismo e patrimonialismo, cujo resultado foi um grande estresse cambial, com a disparada do dólar, que continua acima dos R\$ 6. A promessa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, feita pelo governo, e a gana pelo dinheiro das emendas parlamentares, de parte do Congresso, criaram um ambiente de incerteza econômica muito além do que seria razoável diante da realidade econômica do país.